

Acesso Aberto @ISCTE-IUL

Maria João Amante

ISCTE-IUL

Resumo:

O ISCTE-IUL foi um dos pioneiros do Acesso Aberto e dos repositórios em Portugal. Relatamos a nossa experiência neste domínio, abordamos alguns dos desafios do presente e perspetivamos alguns desenvolvimentos tomando como base de reflexão e ação futura o caminho percorrido, os problemas identificados assim como os sucessos alcançados. Sugerimos que a par da atenção concedida pelos gestores de RIs aos depositantes (professores e investigadores) igual atenção seja atribuída aos seus utilizadores finais.

Abstract:

ISCTE-IUL assumed a leading and pioneering role in the Open Access Movement and in the implementation of institutional repositories in Portugal. We describe our experience in this field, we tackle some of the challenges that we are presently facing and envisage some developments taking as the basis of our reflection and future action the road that we have traveled, the problems identified and de achieved successes. We suggest that the same attention that information repositories managers pay to information repositories contributors (faculty and researchers) should be paid to their end-users.

Escrever sobre o Repositório do ISCTE-IUL hoje, passados sete anos sobre a sua disponibilização ao público constitui, simultaneamente, um exercício de reflexão sobre o trabalho desenvolvido, de interpretação das dificuldades encontradas e também um exercício de prospetiva sobre o que pode ser o futuro.

Quando iniciámos este projeto, em 2005, eram os seguintes os objetivos do Repositório:

- Aumentar o impacto e a visibilidade dos resultados da investigação desenvolvida apoiando assim a internacionalização do ISCTE-IUL;
- Aumentar a visibilidade do ISCTE-IUL e dos que nele trabalham, servindo como indicador tangível da qualidade e da relevância científica e social das suas atividades de investigação e ensino;
- Contribuir para a melhoria da comunicação interna;
- Preservar a memória intelectual do ISCTE-IUL, evitando a sua dispersão.

Este projeto surgiu enquadrado pela missão dos Serviços de Informação e Documentação (SID) de reunir, organizar, preservar e providenciar o acesso aos recursos de informação necessários para os objetivos educacionais e de investigação. Por outro lado, o reconhecimento da inexistência, na Universidade, de uma compilação sistemática e contínua da sua produção académica contribuiu para tornar evidente a importância do projeto.

A sua implementação foi feita com recurso ao *DSpace* e com a colaboração da Universidade do Minho. Internamente resultou da articulação de esforços entre os SID e os Serviços de Informática (SI) tendo sido envolvido, desde a primeira hora, o Conselho Científico (CC). Com este apoio foram definidos os cronogramas, os *workflows*, o software foi parametrizado e realizados os primeiros testes de depósito com as comunidades piloto: CIES (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia), DCTI (Departamento de Ciência e Tecnologias da Informação), CC, SID e SI.

A apresentação pública do Repositório teve lugar no dia 25 de Outubro de 2007 altura em que o atual Reitor, Professor Luís Reto, subscreveu a Declaração de Berlim e assinou a Política de Acesso Livre e de Auto Arquivo do ISCTE-IUL assumindo assim a instituição um papel pioneiro nesta matéria sendo chamada a participar em reuniões, seminários, e conferências sobre o tema Acesso Livre.

Está organizado em comunidades e em coleções. As comunidades correspondem às unidades orgânicas, aos serviços e às unidades de investigação do ISCTE-IUL podendo cada comunidade criar as suas próprias coleções seguindo a tipologia pré-definida: comunicações a congressos, monografias, relatórios téc-

nicos, *working papers*, teses e artigos de revistas. Não obstante, as comunidades podem alargar os depósitos a outras tipologias específicas que considerem necessárias e que serão definidas *a posteriori*.

Podem ser depositados documentos de autoria ou coautoria de membros da comunidade docente e/ou investigadora do ISCTE-IUL, resultados de atividades de I&D ou de ensino desenvolvidas na instituição, produção não efémera, ou seja, completa e preparada para ser distribuída ou editada e licenciada a título perpétuo, ou seja, o autor cede ao ISCTE-IUL, sem exclusividade, o direito de preservar e difundir o seu trabalho através do Repositório. Os documentos devem estar em formato digital sendo suportados ficheiros de texto, áudio, vídeo, sem qualquer restrição de tipo de documento ou tamanho de ficheiro.

A política de depósito definida envolve, por um lado, as comunidades e, por outro os SID. As comunidades assumem o compromisso de implementar uma política de arquivo (através da assinatura de um termo de entendimento) promovendo o maior número possível de depósitos, definem e comunicam a política de depósito de acordo com modelo genérico definido, indicam quem são os depositantes e fornecem os dados necessários para criação da sua área no Repositório. Os SID criam as comunidades, verificam e aplicam a política de depósito definida, verificam os dados dos depósitos, confirmam e autorizam os depósitos e prestam toda a assistência informática e técnica necessária às comunidades, nomeadamente a relativa à questão dos direitos de autor.

Para poder depositar documentos, o depositante tem de estar registado como utilizador nos SI e conhecer as suas credenciais de acesso aos sistemas informáticos. Usando as credenciais (nome de utilizador e palavra-passe) entra no repositório. Deve solicitar ao administrador da comunidade onde pretende depositar autorização para o fazer. Depois de autorizado, o depositante entra no Repositório com as credenciais usuais e inicia o processo de depósito, seguindo as indicações que vão aparecendo no ecrã. Concluído o depósito, os técnicos dos SID são notificados via correio eletrónico e procedem à revisão dos metadados e à inserção da referência bibliográfica. Se tudo estiver conforme, o documento é aprovado e fica disponível para acesso público.

A situação ideal quanto ao depósito de documentos no *Repositório ISCTE-IUL* seria a de cada autor proceder ao auto arquivo dos seus documentos. Contudo, na prática esse procedimento é residual pois a quase totalidade dos documentos existentes no Repositório corresponde a depósitos mediados por um elemento designado em cada comunidade para proceder aos depósitos de documentos da autoria dos membros dessa comunidade.

Neste momento o Repositório integra 17 comunidades e são 4899 os documentos depositados.

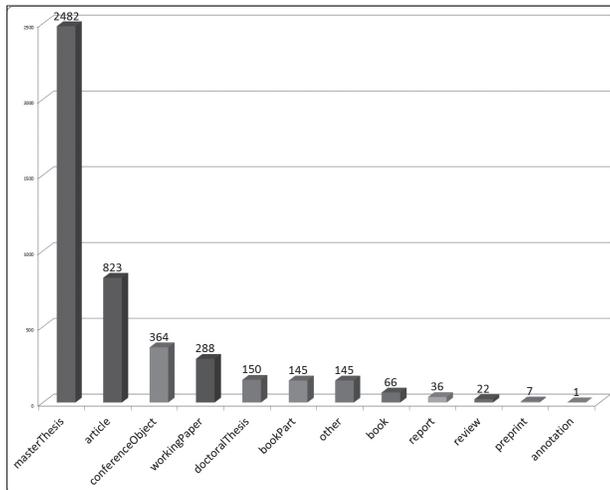


Figura 1 Número de documentos por tipologia

Pela análise da Figura 1 constatamos que a tipologia de documentos mais representada no Repositório são as *Dissertações de Mestrado*. Tal decorre do facto de o seu depósito no Repositório, assim como das *Teses de Doutoramento*, ser obrigatório (Despacho nº 84/2009, de 13 de Novembro do então Presidente do ISCTE-IUL). Este Despacho enuncia ainda a política do ISCTE-IUL sobre a produção

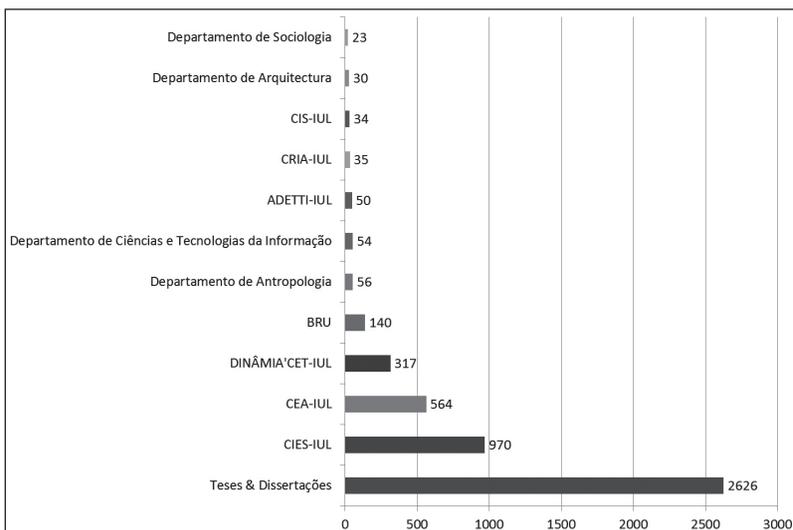


Figura 2 Número de documentos por comunidade

intelectual dos seus membros referindo que os docentes e investigadores da instituição que sejam autores ou coautores devem depositar as suas publicações no *Repositório ISCTE-IUL*. O facto é que esta realidade está longe de ser cumprida o que, de alguma forma, prejudica a concretização de objetivos estratégicos da instituição em matéria de internacionalização, de aumento do impacto e visibilidade das atividades de investigação realizadas, de reforço da política de divulgação dos resultados das mesmas e de preservação da memória intelectual da instituição.

Analisando por comunidade, e de acordo com o referido anteriormente, *Teses e Dissertações* agrega o maior número de documentos depositados. A explicação desta realidade está no facto de, como foi já referido, o depósito destes documentos ser obrigatório em cumprimento de um Despacho do Reitor do ISCTE-IUL.

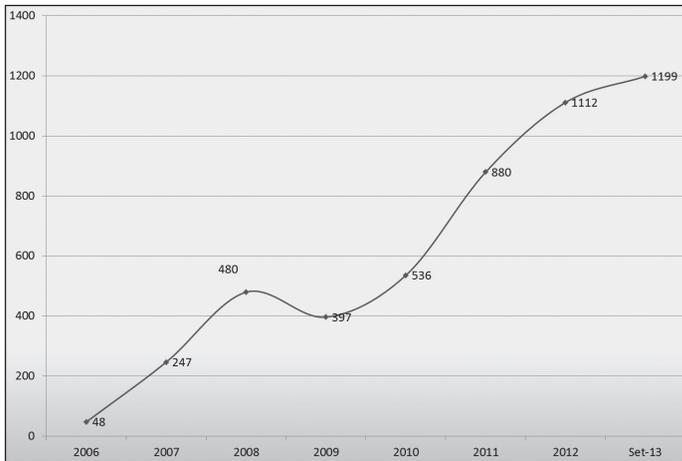


Figura 3 Número de documentos depositados por ano

Se compararmos o número de artigos publicados por docentes e investigadores do ISCTE-IUL, referenciados na *ISI Web of Knowledge* com o número de artigos depositados no Repositório para um mesmo período constatamos que o último é manifestamente inferior. Contudo, apesar do número de documentos atualmente depositados no Repositório estar longe de corresponder à totalidade da produção intelectual desenvolvida na instituição, a análise da Figura 3 reforça o nosso otimismo no futuro pois o número de documentos depositados tem aumentado de ano para ano.

Ao analisarmos o nosso percurso neste projeto consideramos que merecem destaque algumas ideias:

- Internamente, o desenvolvimento do *Repositório ISCTE-IUL* obedeceu a um conjunto de fases/etapas mais ou menos planeadas, a que obedece qualquer projeto de mudança e inovação organizacional.
- Envolveu uma dimensão técnica operacional e uma dimensão comportamental e de mentalidades não menos importante. Traduziu-se em momentos de grande contentamento acompanhados por alguns (poucos!) momentos de desânimo.
- Constituiu uma oportunidade para motivar um conjunto de pessoas, para as agregar em torno de uma ideia de algo cuja concretização era importante para a instituição. Por ser importante para a instituição foi igualmente entendido como uma oportunidade para dar visibilidade ao trabalho desenvolvido nos SID e aos seus profissionais. Contribuiu para alterar o posicionamento dos SID na instituição permitindo-lhe apoiar a gestão do conhecimento organizacional. Através da definição de objetivos e da sua partilha permitiu o desenvolvimento de relações de parceria/colaboração entre diferentes *stakeholders* (bibliotecários, informáticos, docentes, investigadores, reitor, entre outros) que podem agora ser (e já o são!) rentabilizadas noutros domínios/projetos.

Neste sentido, consideramos que a implementação do *Repositório ISCTE-IUL* corresponde claramente ao processo de inovação organizacional descrito na Figura 4.

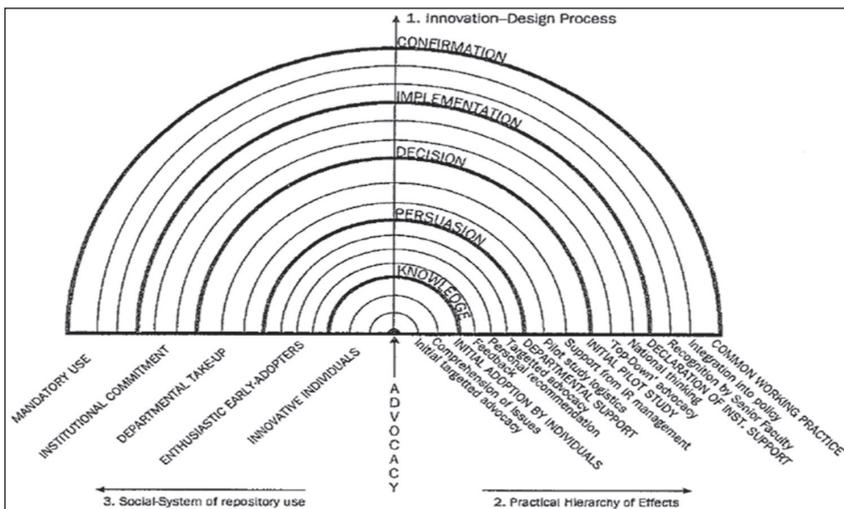


Figura 4 Processo de inovação organizacional (Pfister e Zimmerman, 2008)

Externamente, o *Repositório ISCTE-IUL*, ao integrar o RCAAP – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal, constitui uma oportunidade para trabalhar em colaboração com outras Bibliotecas e com profissionais de outras instituições. Nesse sentido, constitui uma oportunidade de aprendizagem conjunta em que ninguém sabe tudo e a descoberta pode ser partilhada. Implica novas formas de trabalhar, nomeadamente, em rede e, por isso, traduz-se na necessidade de confiança e de compromisso entre os participantes no projeto.

Raspa e Ward (2000) consideram a existência de três níveis de interação entre os bibliotecários e os professores. Estes níveis são estabelecidos tomando em consideração a duração e intensidade da interação assim como a distribuição das tarefas e a partilha de objetivos comuns (p. 4-5). O primeiro nível é denominado estabelecimento de contactos (*networking*), o qual não é mais do que o intercâmbio de informação para benefício mútuo constituindo uma forma de interação profissional pouco estruturada que não se baseia num objetivo comum (p. 4). Um segundo tipo é a coordenação (*coordination*) que representa uma relação de maior complexidade entre as duas partes e em que foi identificado um objetivo comum, ainda que isso não signifique partilhar atividades: cada uma das partes trabalha de forma separada para alcançar el objetivo (p. 4). O último, é a colaboração (*collaboration*) que implica um maior nível de compromisso das partes e o desenvolvimento de uma relação de trabalho a longo prazo, em que os participantes negociam e alcançam um consenso sobre las ações que devem desenvolver para alcançar o objetivo anteriormente estabelecido. O trabalho é realizado pelas duas partes tomando em consideração as aptidões e capacidades de cada uma. Este é o tipo de relação mais benéfico para os bibliotecários e os professores (p. 4-5). Se analisarmos o processo de implementação de um Repositório numa Universidade podemos encontrar alguma analogia com o que acabamos de referir sendo que a colaboração corresponde à fase em que existe um compromisso das partes envolvidas tendo em vista a concretização de um objetivo anteriormente definido e reconhecido como importante para ambas e que está para além dos interesses de cada uma das partes.

De igual modo deve ser referida a interoperabilidade do Repositório com outros sistemas de informação, quer internos quer externos, como é o caso do Portal Agregador de Recursos – RETRIEVO, com a Solução de gestão Integrada para Bibliotecas – KOHA, com outros repositórios, motores de pesquisa, redes sociais, *DeGóis*, entre outros. A dimensão da interoperabilidade com outros sistemas de informação é algo que deve ser valorizado dado permitir a transferência de informação entre sistemas assim como facilitar e tornar transparentes os procedimentos de pesquisa e recuperação de informação. Neste sentido se pronunciam Russell e Day (2010) quando afirmam que “In order to make repositories even more useful to researchers, it will be necessary to explore how they might

need to interact with the many other information systems that exist to manage research activities within the institution or outside.” (p. 127)

Este aspeto é particularmente relevante pois um dos principais objetivos dos Repositórios é a divulgação e promoção da investigação desenvolvida nas respetivas instituições. Para que tal possa acontecer é necessário garantir a articulação do Repositório com outros sistemas de informação assegurando, desta forma, múltiplas possibilidades de aceder à informação nele contida. Os protocolos de comunicação e a forma de aceder à informação são diversos e variam em função dos requisitos técnicos e dos propósitos de cada contexto.

Neste momento, e analisando o caminho percorrido, entendemos que é imprescindível dar continuidade ao desenvolvimento de ações de sensibilização para o projeto junto da comunidade académica, nomeadamente junto dos investigadores e professores, potenciais depositantes. Para tal, importa destacar os serviços de valor acrescentado que podem ser prestados pelo Repositório realçando também a agregação do *Repositório ISCTE-IUL* no RCAAP bem como a sua presença no *OAISTER* (catálogo coletivo de recursos eletrónicos) que agrega cerca de 23 milhões de registos provenientes de mais de mil instituições/organizações espalhadas por todo o mundo.

Para além de ações de divulgação/formação destinadas a cada comunidade com o objetivo de captar depositantes, as ações de apresentação da Biblioteca e dos seus serviços incluem a apresentação do *Repositório ISCTE-IUL* bem como do *RCAAP* enquanto fontes de informação que permitem aceder a recursos importantes e úteis para as atividades de docência, aprendizagem e investigação desenvolvidas no Instituto.

Por outro lado, à semelhança do que já acontece noutros países, também em Portugal a principal agência financiadora de investigação, a FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia), anunciou recentemente um *draft* de política relativamente a conteúdos de publicações científicas sujeitas a arbitragem por pares que incluam resultados de I&D financiados total ou parcialmente pela FCT. Igualmente a Comissão Europeia, já há alguns anos manifesta preocupação relativamente à disponibilização e utilização pública dos resultados de investigação por si financiada. Recentemente divulgou os resultados de uma consulta pública *online* sobre informação científica feita entre Julho e Setembro de 2011. À pergunta “Devem as publicações resultantes de investigação financiada com fundos públicos estar disponíveis em Acesso Aberto?” 76% dos respondentes manifestaram a sua forte concordância e 14% a sua concordância. De referir ainda que no âmbito do Programa *Horizon 2020* está prevista uma proposta relativamente ao Acesso Aberto que deverá resultar numa Codecisão do Conselho e do Parlamento Europeu (no final de 2013) e que resultará na adoção de atos legislativos.

De um ponto de vista prático, se fosse necessário fazermos a defesa do Acesso Aberto e, em particular dos Repositórios, poderíamos, dada a sua atualidade, usar os argumentos apresentados por Suber (2010) relativamente aos vários grupos de interesse:

- Autores: audiência mais ampla do que a de qualquer publicação baseada num modelo de assinatura, independentemente do seu prestígio ou popularidade, aumentando a visibilidade e o impacto do seu trabalho.
- Leitores: acesso sem barreiras a recursos de informação que estão para além dos subscritos pelas bibliotecas. O Acesso Aberto aumenta o leque de informação disponível e potencia a sua utilização de forma livre e gratuita.
- Professores e estudantes: ricos e pobres são colocados em pé de igualdade relativamente à informação disponível e são eliminados pagamentos para autorizações de reprodução ou distribuição de conteúdos.
- Bibliotecas: o Acesso Aberto resolve a crise dos preços das revistas científicas assim como a chamada crise de permissões. Serve ainda os interesses das bibliotecas de outras formas já que permite às bibliotecas ajudarem os seus utilizadores a encontrar a informação de que necessitam para além dos limites financeiros criados pelos orçamentos das bibliotecas na constituição das suas coleções. Permite igualmente ajudar os professores a aumentar a sua audiência e impacto e ajudar a Universidade a melhorar o seu perfil de investigação.
- Universidades: o Acesso Aberto aumenta a visibilidade dos seus professores e da investigação por eles desenvolvida, reduz as despesas com a subscrição de revistas científicas e apoia a sua missão de partilha de conhecimento.

Vários estudos identificam as dúvidas dos autores quanto à política de *copyright* das revistas como um dos fatores que inibe os investigadores de depositarem os seus trabalhos nos RIs. Outro dos fatores abundantemente referido é o tempo extra necessário para realizar o depósito. Isto porque qualquer atividade extra que os afaste das tarefas de investigação e de escrita constitui um fator impeditivo de realização de atividades determinantes para a sua avaliação de desempenho e progressão na carreira. Assim, tempo e esforço extra são difíceis de justificar a não ser que os autores identifiquem claramente os benefícios diretos dos repositórios.

Estas considerações são corroboradas pelos resultados do questionário *Os investigadores no ISCTE-IUL e a sua relação com o Acesso Aberto à produção científica*, aplicado em Julho de 2013. Responderam a este questionário 143 docentes e

investigadores. Como motivos para não depositar as suas publicações científicas num repositório institucional ou temático surgem a *Falta de conhecimento sobre as políticas de depósito dos editores* (32,2%), o *Receio de violar os direitos de autor* com 31,5% e a *Falta de conhecimentos técnicos e formação no uso do sistema* com 30,8%. Como fatores menos referidos temos *Os meus colegas também não o fazem* (2,1 %) e o *Não reconhecimento de vantagens no acesso aberto* (2,8%).

Para diminuir a perceção negativa dos aspetos acima mencionados é importante acentuar alguns dos benefícios do depósito em RIs, a saber, a acessibilidade, a publicidade e a confiabilidade. Quanto à acessibilidade aos documentos depositados em RIs importa destacar que estes fornecem identificadores persistentes aos documentos depositados, sendo atribuído a cada documento um URL único e persistente o que permite, a longo prazo, a recuperação dos documentos assegurando a visibilidade dos seus autores.

Quanto à publicidade tal consiste na evidenciação do acréscimo de leitura dos trabalhos depositados, o que se traduz em maior visibilidade e impacto e na sua disseminação mais rápida. De acordo com estudos realizados por Swan (2011) este aspeto está diretamente relacionado com o aumento do número de citações. Contudo, não podemos esquecer que uma das razões apontada por alguns autores para o não depósito dos seus trabalhos em RIs é o receio de plágio.

A confiabilidade decorre de todos os processos que asseguram a qualidade dos documentos, nomeadamente o da revisão por pares assim como do facto de os repositórios serem plataformas que permitem o acesso a materiais que, na sua maioria, já foram publicados ou, de alguma forma, avaliados, como é o caso das teses de doutoramento e das dissertações de mestrado Mas a avaliação da qualidade científica de um texto pode ser aferida através da utilização de outros parâmetros como, por exemplo, o prestígio das revistas, a reputação dos autores dos trabalhos e das instituições a que pertencem. (Cronin, 2005).

Estas dimensões não podem ser descuradas pois constituem aspetos nos quais assenta a relação que se estabelece com os depositantes dos documentos e com os utilizadores finais da informação depositada e que poderão não ser os mesmos.

Importa também referir que o sistema de recompensas da Universidade (vínculo definitivo e progressão na carreira) assenta, em parte, no desempenho em termos de investigação (qualidade e quantidade das publicações). Valoriza, de forma clara, a publicação em revistas com elevado fator de impacto o que, em si mesmo, diminui o empenho dos investigadores em aderirem a outros modelos de divulgação e publicação, nomeadamente os baseados em RIs ou em revistas em Acesso Aberto.

De igual modo, aspetos como, por exemplo, a categoria profissional e o tipo de vinculação à instituição, podem determinar comportamentos distintos relativamente ao depósito de documentos em RIs. Em princípio, os professores e investigadores que dependem da publicação em revistas científicas para se vincularem à instituição não estarão tão disponíveis para depositar os seus trabalhos em RIs dada a menor importância ou valorização atribuída a este tipo de divulgação optando pela publicação em revistas científicas com fator de impacto.

Em conformidade com o exposto, entendemos que orientações muito claras, por parte das Universidades e das agências financiadoras, quanto ao depósito obrigatório dos trabalhos em RIs determinam uma alteração de atitude e de comportamentos. O carácter obrigatório do auto arquivo (já definido, há algum tempo, em algumas instituições de ensino superior portuguesas) teve um impacto direto no número de documentos depositados nos seus RIs. Desse facto constitui um exemplo de referência a Universidade do Minho com o seu *RepositoriUM*.

Estas práticas são igualmente influenciadas pelas políticas das agências financiadoras. Em Portugal, a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) financia, direta ou indiretamente, cerca de 80% da investigação realizada. Nesse sentido, a adoção de uma política de arquivo, em repositórios, dos resultados dessa investigação terá certamente consequências muito positivas no crescimento dos repositórios com impactos diretos na visibilidade, no acesso à informação, na disseminação, em suma, na construção de um sistema de comunicação de ciência de que todos os cidadãos possam beneficiar e que contribua para a reformulação do modelo de publicação científica altamente condicionado, atualmente, pelas editoras. Este aspeto assume particular relevância dado o investimento e o financiamento da investigação ser feito com recurso a fundos públicos.

Quando inquirimos sobre a opinião que docentes e investigadores têm relativamente às potenciais barreiras de acesso às publicações científicas, em primeiro lugar aparecem os *Elevados preços dos artigos/assinaturas das revistas científicas* (*Muito importante*: 56,6%; *Importante*: 32,2%), seguido das *Insuficientes políticas, estratégias e estruturas de acesso às publicações científicas* (*Muito importante*: 41,3%; *Importante*: 42,7%). Com percentagens muito próximas surge o *Financiamento reduzido ou limitado das Bibliotecas* (*Muito importante*: 41,3%; *Importante*: 39,9%).

Um dos objetivos do questionário anteriormente referido era o de tentar perceber quais os motivos que levam os docentes e investigadores a depositar as suas publicações científicas em repositórios institucionais ou temáticos. Apurámos que os dois principais motivos coincidem com os que normalmente mais referimos ao falarmos da utilidade dos repositórios, a saber, o *Aumento da visibili-*

dade e impacto (citações) da investigação (86,0%) e o Aumento da Rapidez de disseminação dos resultados da investigação (80,4%). Como dimensões menos valorizadas encontramos *Poder delegar esta tarefa em outra pessoa (2,1%) e Haver um requisito do financiador (4,9%).*

Quanto ao *princípio da disponibilização em acesso aberto das publicações científicas resultantes de projetos financiados por programas públicos*, 78,3% dos respondentes *Concorda plenamente*. Igualmente, quando inquiridos sobre o *cumprimento de um mandato de acesso aberto à produção científica implementado pela FCT*, 85,3% declararam que cumpririam integralmente e que concordariam. Apenas 5,6% declararam que apenas cumpririam parcialmente. Este último resultado permite-nos pensar que, caso a FCT venha a concretizar a política já anunciada, a mesma terá um impacto muito positivo no *Repositório ISCTE-IUL*, traduzido num aumento dos documentos aí depositados.

No caso do ISCTE-IUL, e tomando em consideração os resultados do inquérito anteriormente referido, quando questionados sobre o *Conhecimento relativamente à existência, no ISCTE-IUL, de uma política de acesso aberto à produção científica* apenas 24,5% respondeu positivamente. Desses, 80,0% declaram *Cumprir integralmente e concordar* com a mesma, 11,4% declaram que apenas *Cumprem parcialmente* e 5,7% *Não cumprem de todo*. Curiosamente, se fosse aprovado um mandato os valores mais elevados subiam e os mais baixos desciam, isto é, 82,5% *Cumpriria integralmente e concordaria*, 9,8% *Cumpriria integralmente mas discordaria* e somente 7,7% dos respondentes *Cumpriria parcialmente*. De igual modo é curioso notar que a opção *Não cumpriria de todo* não foi escolhida por nenhum dos respondentes face aos 5,7% que declararam *Não cumprir de todo* a atual política.

Quando analisamos os fatores que levam os investigadores a depositar os seus trabalhos em repositórios e, de forma mais específica, quando procuramos interpretar o reduzido número de documentos depositados (quando comparado com o número de artigos publicados) devemos igualmente considerar aspetos relacionados com a comunicação e marketing dos próprios repositórios. Temos de admitir como válida a hipótese de que tal resulta do desconhecimento de muitos investigadores e docentes quanto à existência de um Repositório na instituição a que estão vinculados. Neste sentido devem ser interpretados os resultados obtidos no ISCTE-IUL em que 75,5% dos respondentes declaram não *Ter conhecimento da existência de uma política de acesso aberto à produção científica* e apenas 24,5% respondem afirmativamente.

Em conformidade com o exposto, apesar de desenvolvermos atividades no sentido de divulgar os benefícios e a utilidade dos RIs, muitos investigadores, quando inquiridos sobre o conhecimento que têm da existência de um repositório na

sua instituição, declaram não ter conhecimento do facto.

Claro que a interpretação mais rápida e simples é a de pensarmos que provavelmente estarão desatentos. Mas a verdade é que podemos não estar a usar as estratégias mais adequadas para que a comunicação seja eficaz, isto é, para alcançarmos o nosso objetivo. Isto significa que, sendo o universo investigadores e docentes muito heterogéneo, teremos de o segmentar e conceber as estratégias mais adequadas a cada grupo por nós identificado. Por outro lado, existe um trabalho de proximidade, de envolvimento, muito moroso mas necessário, que tem de ser realizado mas, em bom rigor, nem sempre temos tempo disponível para o fazer. Neste sentido, iniciámos recentemente um processo de contacto individualizado com docentes e investigadores solicitando a sua colaboração no depósito de artigos de sua autoria identificados a partir da *ISI Web of Knowledge* que não estão no Repositório. Trata-se quer de artigos que já se encontram sem período de embargo quer de artigos mais recentes na sua versão *preprint* ou *postprint*, relativamente aos quais foram por nós confirmados os direitos e períodos de embargo das revistas onde foram publicados no *site* Sherpa/Romeo.

O compromisso do ISCTE-IUL para com o acesso livre ao conhecimento é manifestamente reconhecido tendo sido inclusivamente a segunda instituição de ensino superior em Portugal a disponibilizar um repositório institucional tornando-o pioneiro neste domínio.

Ao longo dos anos tem participado em todas as iniciativas que são desenvolvidas nesta área promovendo diversas ações de dinamização e sensibilização dentro da própria instituição ao mesmo tempo que partilha a sua experiência com entidades externas e com o público em geral através da participação em conferências e grupos de trabalho.

Internamente, a realização de ações de sensibilização e de formação tem sido uma constante. A Semana Mundial do Acesso Aberto tem sido celebrada todos os anos no ISCTE-IUL. Recentemente, como foi já referido, aplicámos, o questionário *Os investigadores no ISCTE-IUL e a sua relação com o Acesso Aberto à produção científica*. Estas são apenas algumas das muitas atividades realizadas e que são aqui referidas porque testemunham o empenho da equipa de trabalho do ISCTE-IUL no desenvolvimento e consolidação do seu RI assim como a sua crença no Movimento de Acesso Livre ao Conhecimento. Mas são-no também porque traduzem, de forma clara e inequívoca, o apoio da Reitoria do ISCTE-IUL.

Neste sentido, ao pensarmos o futuro fazemo-lo com uma expectativa positiva pois, apesar de alguns aspetos ao longo do processo que poderíamos considerar como menos favoráveis, o facto é que em momento algum foi questionada a existência ou a utilidade do Repositório. O caminho percorrido não foi, como referimos anteriormente, linear. Vivemos momentos de avanço e alguns de recuo em grande

medida resultantes de falta de informação ou de interpretação deficiente da informação disponibilizada. Igualmente, a ausência de uma política para o acesso livre por parte da FCT e de práticas de monitorização da evolução do Repositório (e conseqüente análise e interpretação dos resultados), nomeadamente através da comparação entre o número de documentos publicados e referidos na *ISI Web of Knowledge* e o número de documentos depositado no Repositório, não favoreceram o cumprimento da *Política de Acesso Livre e de Auto Arquivo do ISCTE-IUL*.

Por este motivo e porque o contexto de crise e decorrentes restrições financeiras obriga a uma análise muito ponderada dos custos envolvidos na manutenção dos Repositórios (infraestrutura tecnológica necessária à sua implementação e manutenção, procedimentos envolvidos no fornecimento de serviços de valor acrescentado, estratégias de preservação) parece-nos inevitável a adoção de indicadores de desempenho que permitam avaliar o sucesso dos mesmos. (Cassella, 2010, 211).

De igual modo nos parece indispensável dispensar uma maior atenção aos utilizadores finais dos Repositórios, isto é, a todos aqueles que os usam como fontes ou recursos de informação. Alguns trabalhos têm sido desenvolvidos com este objetivo. Disso são exemplo os estudos de Gadd, Oppenheim e Proberts (2003) que afirmam que as investigações sobre a utilização dos RIs estão focadas no depósito por parte dos autores e não na sua utilização por parte dos utilizadores finais, de McKay (2007) que afirma que pouco se sabe sobre os utilizadores finais dos RIs e de Rieh *et al.* (2008) que consideram que os gestores de RIs estão pouco familiarizados com aqueles que acedem aos materiais depositados nos Repositórios. Num estudo realizado recentemente, St. Jean *et al.* (2011) apresentam as vantagens dos RIs apontadas por um grupo de 20 utilizadores finais com os quais realizaram entrevistas exploratórias. Dos benefícios apontados destacamos o acesso mais rápido a conteúdos, o acesso a conteúdos que normalmente não estão disponíveis através dos canais tradicionais de publicação e a capacidade de através de um único sítio ter acesso a todo o trabalho produzido por um autor ou por uma universidade. Sublinhamos estes aspetos por os mesmos poderem constituir argumentos a utilizar junto dos potenciais depositantes no sentido de os mobilizar para o depósito dos seus trabalhos. De qualquer modo, importa ressaltar que, embora a maior parte dos acessos aos RIs serem feitos a partir de motores de busca, existe ainda um espaço de trabalho que permite a criação de outros serviços valor acrescentado diretamente relacionados com os conteúdos como é o caso da utilização das redes sociais e de dispositivos móveis, entre outros.

Por outro lado, entendemos que, para além da aposta no desenvolvimento e na oferta de serviços de valor acrescentado destinados aos depositantes, importa trabalhar no sentido de desenvolver um *portfolio* de serviços destinados aos utilizadores finais. Para que tal seja possível é indispensável conhecer as suas necessidades e expectativas.

Efetivamente, ao longo dos anos de existência do Repositório ISCTE-IUL a sua utilização tem vindo a aumentar fruto quer das ações de divulgação promovidas (ações de formação e outras atividades) quer da crescente perceção que os nossos utilizadores têm da sua utilidade. Essa utilização é documentada em grande parte pelo aumento constante de *downloads* e consultas dos documentos existentes no nosso Repositório.

Em termos anuais e desde 2010 (o módulo de estatística só está ativo desde o final de 2009) até ao presente, o número de *downloads* tem vindo a aumentar e nos últimos dois anos ultrapassaram os 800 mil. No tocante às consultas, embora com valores mais baixos, no ano de 2013 já se encontram perto dos 700 mil. Em termos médios por documento, em 2013 (à data de 1 de Setembro), os *downloads* atingem cerca de 200 e as consultas 140 para um total de 4899 documentos.

Nesta linha de pensamento, temos de ser realistas e aceitar que quando realizámos as primeiras reuniões sobre o tema Repositório, em 2005, pensámos que o caminho a percorrer seria mais fácil e linear. Isto porque, para nós, eram tão evidentes os benefícios dos Ris para todos os envolvidos (Reitoria, professores, bibliotecários, investigadores, entre outros) que imaginámos que a adesão ao mesmo e a consequente prática do auto arquivo por parte de docentes e investigadores seria algo que faria parte do seu dia-a-dia de trabalho não os impedindo de publicar nas revistas da sua preferência.

Passados oito anos percebemos que, entre o que pensámos que iria acontecer e o que aconteceu na realidade, existe algum desfasamento motivo pelo qual o nosso olhar para o futuro é hoje menos ingénuo, isto é, mais cauteloso. Pensamos que, de forma global, o Movimento de Acesso Livre ao Conhecimento assim como a publicação académica se encontram num ponto de viragem. Internamente, no ISCTE-IUL estamos igualmente num ponto de viragem em que perspetivamos a atribuição de maior importância ao Repositório através da sua interligação com o *ciencia-iul* destinado a registar a produção científica dos docentes e investigadores.

Entendemos igualmente que pode constituir um momento de renovação do nosso compromisso nesta matéria e uma oportunidade ímpar para envolver a nossa comunidade em torno de um projeto que temos vindo a edificar ao longo dos anos. Trata-se de potenciar o investimento feito até aqui e de aproveitar a infraestrutura implementada, as rotinas de trabalho instituídas e assimiladas, o conhecimento técnico adquirido, as boas práticas concretizadas e os relacionamentos profissionais e pessoais desenvolvidos em benefício do ISCTE-IUL e de todos os seus membros e também dos cidadãos que poderão, se o desejarem, aceder aos resultados de investigação disponibilizados através do Repositório. Por outro lado, trata-se de posicionar o ISCTE-IUL num lugar central e estratégico, quer a nível nacional quer internacional, ampliando a sua visibilidade enquanto contribuinte ativo do sistema nacional de comunicação de ciência.

Bibliografia

- Cassella, Maria (2010). Institutional repositories: an internal and external perspective on the value of IRs for researchers' communities. *Liber Quarterly*, vol. 20, nº 2, pp. 210-225.
- Cronin, Blaise (2005). *The hand of science: academic writing and its rewards*. Oxford: Scarecrow Press Inc. ISBN 0-8108-5282-9. 214 p.
- Gadd, Elizabeth, Oppenheim, Charles e Proberts, Steve (2003). *RoMEO Studies 3: How academics expect to use open-access research papers*. *Journal of Academic Librarianship and Information Science*, vol. 35, nº 3, pp. 171-187.
- McKay (2007). Institutional repositories and their other users: usability beyond authors. *Adriadne*, nº 52. Disponível em <http://www.ariadne.ac.uk/issue52/mckay>
- Pfister, Joachim; Zimmermann, Hans-Dieter (2008). *Towards the Introduction of an Institutional Repository: Basic Principles and Concepts*. BOBCATSSS 2008. Disponível em <http://scholar.google.pt/scholar?q=Towards+the+Introduction+of+an+Institutional+Repository:+Basic+Principles+and+Concepts&hl=pt-PT&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholar-art&sa=X&ei=jQjUUamFLOuv7Abwi4GICg&ved=0CCkQgQMwAA>
- Raspa, Dick e Ward, Dane (eds.). 2000. Listening for collaboration: faculty and librarians working together. In: *The collaborative imperative: librarians and faculty working together in the information universe*. Chicago: Association of College and Research Libraries, 2000, pp. 11-18. ISBN 0-8389-8085-6.
- Rieh, Soo Young *et al.* (2008). Perceptions and experiences of staff in the planning and implementation of institutional repositories. *Library Trends*, vol. 57, nº 2, pp. 168-190.
- Russell, Rosemary e Day, Michael (2010). Institutional repository interaction with research users: a review of current practice. *New Review of Academic Librarianship*, vol. 16, S1, pp. 116-131. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1080/13614533.2010.509996>>
- St. Jean, Beth *et al.* (2011). Unheard voices: institutional repository end-users. *College & Research Libraries*, vol. 72, nº 1, pp. 21-42.
- Suber, Peter (2010). *Open Access overview: focusing on open access to peer-reviewed research articles and their preprints*. Disponível em <<http://legacy.earlham.edu/~peters/fos/overview.htm>>
- Swan, Alma (2011) Institutional repositories - now and next. In: *University Libraries and Digital Learning Environments (eds Penny Dale, Jill Beard and Matt Holland)*, Ashgate Publishing. (In Press) <http://eprints.ecs.soton.ac.uk/21471/>